

Presidente inicia amanhã as análises do “pacote”

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente Figueiredo receberá amanhã dos seus ministros da área econômica as propostas de medidas que integrarão o novo “pacote” a ser baixado no correr da semana. Fonte do Ministério da Fazenda confirmou ontem que o governo pensa em tributar, em 3%, apenas as operações de *overnight*, e não todas as operações do mercado aberto. Conforme a fonte, essa decisão será adotada provavelmente amanhã, por meio de decreto-lei do presidente João Figueiredo.

A reunião de quarta-feira do Conselho Monetário Nacional, a princípio, está confirmada, assegurou a fonte, e servirá para aprovar as medidas que objetivam induzir a redução do custo do dinheiro no mercado interno. O governo já definiu que, se não houver redução das taxas de juro com as medidas que serão adotadas no pacote econômico em elaboração, a próxima medida será a de tabelamento dos juros.

A mesma fonte confirmou alterações no crédito subsidiado à exportação, “inclusive para evitar que os produtores rurais fiquem reclamando que os exportadores estão com privilégio”. No entanto, admitiu que os exportadores deverão ter alguma outra forma de compensação, já que o governo considera isso necessário para que o País atinja o saldo de US\$ 6 bilhões ao final do ano.

Quanto à questão do expurgo no INPC, a fonte assinalou que existem duas correntes no Palácio do Planalto, contra e a favor da medida, que se continuam “digladiando”.

FIM DE SEMANA DE TRABALHO

O senador Virgílio Távora, vice-líder governista para assuntos econômicos, disse que, até agora, não há nada acertado. Tudo que tem sido noticiado não passaria de especulação, embora com base em medidas que estariam sendo cogitadas na área econômico-financeira.

Disse o senador que, os ministros da área econômica estavam ainda,

neste fim de semana, concluindo os estudos em torno das propostas que levarão ao presidente Figueiredo.

De posse das propostas, o presidente as examinará — disse Virgílio Távora —, “levando em conta não somente o seu aspecto econômico, mas também suas implicações nos campos político e social”.

As medidas que vierem a ser adotadas, portanto, completou o senador, deverão representar, tanto quanto possível, o equilíbrio ideal entre o necessário sob o ponto de vista econômico e suportável sob o ponto de vista social e político.

O senador Virgílio Távora, entretanto, só dispõe de algumas informações por suas ligações pessoais com ministros da área econômica e não por sua condição de político governista, pois, ainda ontem, o presidente e o secretário-geral do PDS, senador José Sarney e deputado Prisco Viana diziam não ter sido ouvido o partido até agora, como de outras vezes, sobre o novo “pacote” econômico.